

#### PLANO DE ENSINO/2013

CURSO: Licenciatura em Matemática	MODALIDAD	E: Presencial
<b>DISCIPLINA:</b> Políticas Educacionais – Estrutura e Sistemas		<b>CÓDIGO:</b> NPED 16
FASE DO CURSO: 7 <sup>a</sup>		
SEMESTRE LETIVO: 1°/2014		
CARGA HORARIA SEMESTRAL/SEMANAL: 80/4		
PRÉ-REQUISITOS: -		
PROFESSORA: Solange Zotti		

#### I- EMENTA

A organização do ensino brasileiro. Legislação educacional e as políticas públicas. A implantação das políticas públicas em educação. Sistemas Educacionais.

#### II- OBJETIVO GERAL

Analisar a constituição das políticas de ensino no Brasil e suas respectivas implementações pelos Sistemas de Ensino através dos entes federativos, a fim de oportunizar ao futuro educador uma postura crítica e reflexiva da educação brasileira - sua trajetória histórica, gestão e políticas educacionais.

#### III- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contextualizar historicamente as políticas educacionais, abordando experiências sob a ótica de gênero, raça/etnia e classe sociais.
- Analisar o processo histórico que levou a elaboração das LDBs ao longo da história de educação brasileira.
- Compreender criticamente o texto da LDB 9394/96 no que diz respeito a estrutura administrativa do ensino brasileiro e os aspectos específicos do ensino fundamental e médio.
- Conhecer os principais aspectos da organização das escolas de ensino fundamental e médio.
- Analisar a organização do ensino brasileiro a partir da ideologia neoliberal e dos organismos multilaterais, especialmente a partir da década de 1990.
- Analisar o papel do Estado na definição das políticas públicas de educação no Brasil, pós LDBEN 93949/96.
- Discutir as políticas públicas e os processos de gestão nos sistemas educacionais (municipal, estadual e federal).
- Compreender a relação da prática pedagógica atual com as políticas públicas.

## IV- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Blocos/Conteúdos	Carga horária	Metodologia
Bloco I: Organização do ensino brasileiro  1.1 O educador e a Lei: reflexões iniciais.  1.2 O desenvolvimento histórico da Organização do ensino brasileiro no período do Brasil Colônia, Império e 1ª República.  1.3 As Constituições Federais a partir da 2ª República e a Educação.  1.4 Reforma Francisco Campos e Capanema.  1.5 As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e seu processo de constituição histórico (avanços e recuos):  - Lei 4.024/1961;  - Lei 5.692/1971;  - Lei 9394/1996.  1.6 O pensamento neoliberal na produção e implementação das políticas educacionais a partir dos anos de 1990.	16	<ul> <li>aulas teóricas expositivas e dialogadas;</li> <li>debates e discussões;</li> <li>tarefas em grupos;</li> <li>documentários;</li> <li>estudo, análise e discussão de textos/leis.</li> </ul>
Bloco II: Políticas e Legislação da Educação a partir da LDB 9394/96:  2.1 Estrutura administrativa do ensino brasileiro na LDB — Lei 9394/96:  - Objetivos, princípios e fins da educação nacional.  - O direito à educação e o dever de educar.  - Estrutura Organizacional do Ensino: entes federativos e seus respectivos sistemas de ensino e órgãos normatizadores — CNE, CEE e CME.  - Projeto Político Pedagógico e a construção de uma educação de qualidade.  - Os níveis e as modalidades de educação e ensino.  - A formação, a carreira e a valorização dos profissionais da educação.  2.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9394/96 — e o ensino Fundamental e Médio:  - Organização do Ensino Fundamental e Ensino Médio.  - Currículo Escolar.  - Avaliação.	32	<ul> <li>aulas teóricas expositivas e dialogadas;</li> <li>documentários;</li> <li>dinâmicas de grupos;</li> <li>debates e discussões;</li> <li>tarefas em grupos;</li> <li>produção de textos reflexivos;</li> <li>estudo, análise e discussão de textos/leis;</li> <li>seminários temáticos;</li> <li>pesquisa de campo e bibliográfica.</li> </ul>
Bloco III: Papel do Estado no desenvolvimento das Políticas Educacionais do Brasil a partir dos anos 10 do século XXI:	32	- aulas teóricas expositivas e dialogadas;

- 3.1 Plano de Desenvolvimento da Educação PDE
- 3.2 O Plano Nacional de Educação Lei. No 10.172 de 09 de janeiro de 2001 e Projeto de Lei do novo PNE (2011-2020)
- 3.3 Estrutura Organizativa do MEC: Educação Básica:
- 3.3.2. Políticas de ensino nas Modalidades de Ensino:
- 3.3.2.1. Ensino Médio: integrado, concomitante e técnico;
- 3.3.2.2 Educação de Jovens e Adultos:
- 3.3.2.3 Educação do Campo;
- 3.3.2.4 Educação Especial;
- 3.3.2.5 Educação Indígena;
- 3.3.2.6 Educação a distância;
- 3.4 O Ensino Superior Política para a formação.
- 3.5 Políticas de formação e valorização dos profissionais da educação: realidade e desafios.

- debates e discussões;
- produção de textos reflexivos;
- estudo, análise e discussão de textos/leis;
- pesquisas no site do MEC;
- documentários/debates:
- pesquisa e seminários temáticos.

#### V- METODOLOGIA

O trabalho estará fundamentado na participação do aluno e para isso serão utilizadas as seguintes estratégias:

- aulas teóricas expositivas e dialogadas;
- dinâmicas de grupos;
- debates e discussões;
- tarefas em grupos;
- produção de textos reflexivos;
- estudo, análise e discussão de textos/leis:
- seminários temáticos:
- documentários:
- pesquisas no site do MEC;
- pesquisa de campo e bibliográfica.

Recursos de ensino: multimídia, bibliotecas virtuais, internet, e-mail, sites, documentários, textos, documentos.

# VI- AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM (Conforme Organização Didática e Normatizações vigentes)

A avaliação é um processo por meio do qual é possível diagnosticar as aprendizagens dos alunos antes e depois da mediação docente e, desta maneira, redimensionar o planejamento de ensino. Nesse sentido, a avaliação da disciplina "Políticas Educacionais – Estrutura e Sistemas" será processual e contínua, considerando inicialmente os conhecimentos prévios (e tácitos) dos alunos, bem como as novas aprendizagens.

Os instrumentos e critérios de avaliação têm por finalidade estimular o aluno a buscar o conhecimento, expressá-lo e aplicá-lo na vida profissional e pessoal, tendo em vista uma prática social cooperativa e solidária. Nesse sentido, os alunos serão avaliados durante o processo ensino-aprendizagem, tendo em vista: a participação nos diversos momentos das aulas, a organização em relação ao material de leitura, o empenho nas discussões e tarefas, a pontualidade nas aulas e na entrega de trabalhos, a responsabilidade e o comprometimento com os pares e com o curso.

Serão adotados como principais instrumentos de avaliação, a fim de avaliar os conhecimentos adquiridos, capacidade de interpretar, elaborar sínteses, escrever e comunicar-se:

- trabalhos de pesquisa individual ou coletivo;
- avaliação individual (provas e/ou produção de textos);
- produções de textos reflexivos em grupos;
- organização e apresentação de seminários.

Os critérios de avaliação dos trabalhos levarão em conta:

- a) Produção escrita individual ou grupal: clareza de ideias; capacidade de análise, síntese e argumentação; coerência com o referencial teórico estudado; correção textual; pontualidade na entrega conforme cronograma acordado (Obs.: Trabalhos entregues atrasados terão nota/conceito não superior a 60%. O prazo será até a aula posterior à data combinada. Após esta data não será mais aceito o trabalho).
- b) Apresentação oral: participação e o envolvimento dos alunos no conjunto das atividades individuais e em grupo; clareza na exposição das ideias; coerência com o referencial teórico estudado; capacidade de análise e argumentação (Obs.: A falta no dia da apresentação do seminário implica em receber somente a avaliação do trabalho escrito, sem prejuízo aos demais membros do grupo que deverão explicar/apresentar o que caberia ao aluno faltante. Em caso de justificativa coerente, a critério da professora, poderá ser realizada uma atividade extra para recuperação da avaliação).

#### A média final será computada a partir dos resultados de três médias parciais:

- M1 Média das notas parciais de trabalhos de produção de textos e apresentações orais em grupo/individuais.
- M2 Nota das avaliações individuais (prova e/ou produção de textos).
- M3 Seminários sobre os temas do Bloco III Papel do Estado no desenvolvimento das Políticas Educacionais do Brasil a partir dos anos 10 do século XXI (Pesquisa bibliográfica e de campo nas escolas públicas). Entrega de trabalho escrito e apresentação de seminário em grupos.

Será considerado aprovado por média semestral da disciplina o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média igual ou superior a 7,0 (sete inteiros), consideradas todas as avaliações previstas no plano de ensino da disciplina. Será considerado aprovado por resultado do exame final da disciplina o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média semestral (MS) inferior a 7,0 (sete inteiros) após prestar exame final (NE) e obtiver média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco).

#### VII- BIBLIOGRAFIA

#### Básica

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010. 126 p. (338.4737 M586e)

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB:** por uma outra política educacional. 4. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. 317 p. (370.26 S267d)

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional.** 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 126 p. (379 S558p)

#### Bibliografia Complementar

FERREIRA. Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Org.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GARÓFALO, Gílson de Lima; PINHO, Terezinha Filgueiras de. (Org.). **Políticas públicas:** limites e possibilidades. São Paulo: Atlas, 2011. 186 p. (320.6 P829)

OLIVEIRA, Dalila; ROSAR, Maria de Fátima Felix. **Política e gestão da educação.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (379.201 P769)

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. 283 p. (370.2681 S267n)

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira:** estrutura e sistema. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012. 153 p. (370.981 S267e)

#### **Outras Referências**

AMADOR, Milton C. P. **Ideologia e Legislação educacional no Brasil** (1946-1996). Caçador: Valkart, 2002.

BARRETTO, Elba Siqueira (Org.). Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1997.

BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB interpretada:** diversos olhares se entrecruzam. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação Educacional Brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.

FÁVERO, Osmar (Org.). **A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988.**2.ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa et.al. **Ensino Médio e Técnico no Brasil e em Portugal:** raízes históricas e panorama atual. Campinas: Autores Associados, 2004.

FREITAG, B. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Moraes, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Educação e Crise do Trabalho:** perspectivas do final de século. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Gestão, Financiamento e Direito à Educação:** análise da LDB e da Constituição Federal. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2002.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado:** no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1987.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados; Brasília: Ed. Plano, 2004.

### VIII- OBSERVAÇÕES

Meses	Datas	Carga horária (h/a)
Fevereiro	11, 18, 25	12
Março	11, 18, 25	12
Abril	01,08, 15, 22, 29	20
Maio	06, 13, 20, 27	16
Junho	03, 10, 17, 24	16
Julho	01	04
TOTAL	80 h/a	

Prof <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> Solange Zotti	Coordenador(a) de Curso

Rio do Sul, SC, 10 de fevereiro de 2014.